

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA**  
**CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA ESTADUAL  
DO MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT: A VISÃO DO PEDAGOGO**

**Autora: Fabiane Pereira Arouche Tomaz**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Esp. Carine Silvestrim Hermes**

**JUÍNA/2016**

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA**  
**CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA ESTADUAL  
DO MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT: A VISÃO DO PEDAGOGO**

**Autora: Fabiane Pereira Arouche Tomaz**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Esp. Carine Silvestrim Hermes**

*“Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia à Faculdade AJES – Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena”.*

**JUÍNA/2016**

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA**  
**CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. Me. Caio Fernando Gianini Leite**

---

**Prof<sup>a</sup>. Me. Fabio Bernardo da Silva**

---

**ORIENTADOR**

**Prof<sup>a</sup>. Esp. Carine Silvestrim Hermes**

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente elevo meus agradecimentos a Deus, pois sei que sem ele jamais teria conseguido concluir minha formação, sei que não vai ser uma caminhada fácil mais com ele no comando tenho a certeza que conseguirei fazer de minha formação uma grande aliada da educação não medirei esforços para garantir uma educação de qualidade a todos que vier a necessitar sendo uma profissional ética e comprometida com a minha formação tanto educacional e social. Pois sabemos que um bom profissional é aquele que está sempre em busca de novos conhecimentos, para que assim se possa facilitar a mediação em seu processo de ensino aprendizagem.

Agradeço aos meus amigos e colegas da Universidade que também fazem parte dessa conquista, pois muitas vezes ao pensar em desistir por vários motivos, eles me mostraram que eu seria capaz de vencer qualquer obstáculo que viesse a encontra, e muito obrigado seria pouco pelo os incentivos não encontrarei palavras para agradecer. Mamãe, Maria Gorete Pereira da Silva, amor Sidinei Tomaz, filhos sem vocês nada disso teria sentido vocês não imaginam o quanto sou grata pela paciência que tiveram comigo durante esses três anos e meio, sei que muitas vezes deixei a desejar, gritei, briguei por motivo fútil e vocês sempre do meu lado serei eternamente grata a cada um de vocês que tiveram grandes contribuições nessa conquista.

Durante essa caminhada não foi fácil e não teria sentido se fosse, não poderia deixar de agradecer os meus docentes pelo comprometimento pela paciência pela força, e por dividir conosco um pouco seus conhecimentos a cada um uma salva de palmas a todos sem exceção, principalmente a minha orientadora Carine Silvestrim Hermes, que sempre esteve pronta a ajudar esclarecendo dúvida, direcionando sempre ao caminho correto é ético, mas seguro para que assim pudesse compreender questionar e criticar certos paradigmas que encontramos em nossa sociedade. São tantas coisas, pessoas, momentos a serem lembrados, agradecidos que poderia ficar a minha vida inteira agradecendo que ainda seria pouco muitíssimo obrigado a todos que tiveram de qualquer maneira envolvidos nessa caminhada, minhas sinceras considerações.

## DEDICATÓRIA

Dedico essa conquista a toda minha família, aos meus pais, irmãos, meu esposo meus filhos, que com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que assim concluísse mais essa etapa de minha vida. Aos meus amigos e colegas, pelo incentivo e pelos apoios constantes. Mãe, seu cuidado e dedicação foram que me deram em alguns momentos, a esperança para seguir. Pai, mesmo com sua ausência o senhor esteve presente em todos os momentos em minha mente essa conquista também é sua. Ao meu esposo, pessoa com que amo partilhar a vida. Obrigado pelo carinho, a paciência e por sua capacidade de me fazer acreditar sempre em minha capacidade de vencer. Aos Docentes da Instituição Ajes, e às pessoas com quem convivi nesses espaços aos longos desses anos. Que dedico com muito amor e satisfação esse trabalho de conclusão de curso.

## EPIGRAFE

“A figura do professor poderia simbolicamente ser comparada com a de um maestro criativo que exigiria dos componentes da orquestra: organização, iniciativa própria, envolvimento, dedicação e, principalmente, ações coletivas desencadeadas por processos participativos. Sendo criativo, articulador, mediador e desafiador, o professor apostaria em todos os meios e recursos existentes para consolidar a construção do conhecimento”

(BEHRENS, 1996, p. 64).

## RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar como vem acontecendo a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular em uma Escola Estadual do Município de Juína-MT, considerando que o acesso à educação regular é um direito assegurado por Lei. Percebeu-se que diversas barreiras acabam por impedir que efetivamente ocorra a inclusão dessas crianças, como por exemplo, estrutura física inadequada dos ambientes escolares e a falta de capacitação dos professores, entre outros empecilhos que têm prejudicado o princípio da educação inclusiva. Para o desenvolvimento do presente trabalho, e presando pelo caráter científico que este deve contemplar, faz-se uso dos métodos de revisão bibliográfica, tendo como base literaturas diversas que abordam a temática, disponíveis em arquivos digitais, revistas, livros, entre outros, assim como a utilização de pesquisa de campo, feita por meio de questionário, de cunho qualitativo, onde os profissionais pedagogos atuantes na referida escola, puderam argumentar sobre as diversas situações cotidianas relacionadas à inclusão. Neste contexto sabe-se que a formação dos educadores torna-se de grande relevância para que a inclusão efetiva aconteça. Tanto o Plano Nacional de Educação quanto a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) dispõem sobre a capacitação profissional dos educadores para se trabalhar na proposta da educação inclusiva, onde visa o desenvolvimento e o ensino aprendizagem igualitário. Foi possível constatar então, que inúmeras são as dificuldades encontradas na atuação profissional, neste sentido. Realidade esta que coloca a prova a qualificação profissional, a estrutura física e as práticas pedagógicas para lidar com as diferenças encontradas nos alunos com deficiência e por consequência o cumprimento da legislação que assegura esse Direito.

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva. Ensino Regular. Formação Inicial do Pedagogo.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 - O que você entende por educação inclusiva? .....</b>	<b>38</b>
<b>Tabela 2 - Como você percebe a proposta da inclusão?.....</b>	<b>39</b>
<b>Tabela 3 - Quais os maiores desafios relacionados à inclusão .....</b>	<b>40</b>
<b>Tabela 4 - Pontos positivos da prática da educação inclusiva? .....</b>	<b>41</b>
<b>Tabela 5 - Você concorda com o processo de Inclusão? .....</b>	<b>42</b>
<b>Tabela 6 - O direito a inclusão é efetivado com qualidade .....</b>	<b>43</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 O QUE É A DEFICIENCIA? .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVANO ÂMBITO EDUCACIONAL.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1.1 O PERCUSO DA INCLUSÃO A EFETIVAÇÃO DOSDIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1.1.1 INTEGRAÇÃO X INCLUSÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2.1.1.2 LEIS QUE AMPARAM AS PESSOAS COM DEFICIENCIA NO ENSINO REGULAR/ DECLARAÇÃO DE SALAMANCA .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 O QUE SIGNIFICA O TERMO “ESPECIAL”? .....</b>	<b>22</b>
<b>3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PEDAGOGO VOLTADA A INCLUSÃO .....</b>	<b>24</b>
<b>3.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO MODALIDADE ESCOLAR .....</b>	<b>26</b>
<b>3.3 A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA TRABALHAR A INCLUSÃO – SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO? .....</b>	<b>28</b>
<b>3.4 A DIFERENÇA NO PROCESSO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM DEFICIENCIAS .....</b>	<b>30</b>
<b>4 A INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE JUÍNA-MATO GROSSO.....</b>	<b>33</b>
<b>5 METODOLOGIA .....</b>	<b>35</b>
<b>6 ANÁLISE E DISCURSÕES DO QUESTIONÁRIO APLICADO .....</b>	<b>38</b>
<b>7 CONCLUSÃO .....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho que ora se apresenta, pretende abordar diversos aspectos relacionados à educação inclusiva, por meio de revisão bibliográfica complementada por pesquisa de campo de cunho qualitativo. Buscou-se reunir informações com a finalidade de responder ao seguinte problema de pesquisa: como está acontecendo o processo de inclusão das pessoas com deficiências no ensino regular em uma Escola Estadual do Município de Juína-MT? Objetivou-se também analisar como é realizada a formação inicial dos professores pedagogos para o exercício profissional no processo de educação inclusiva. Partindo da compreensão sobre a inclusão, este trabalho tem por finalidade analisar e refletir sobre as políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, refletindo sobre a importância da inclusão, para tanto o presente trabalho se apresenta dividido em cinco (5) capítulos.

O primeiro capítulo abordará informações e conceituações de educação inclusiva, assim como sua importância/relevância, uma vez que o processo de inclusão se faz de extrema necessidade, dado seus inúmeros benefícios aos envolvidos, pois favorece o desenvolvimento dos indivíduos, sejam elas pessoas com deficientes ou não. Apresentamos ainda a diferença entre inclusão e integração, pois por vezes esses conceitos podem ser confundidos.

No capítulo segundo são apresentados temas referentes à legislação que trata da inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular e da formação do profissional para atuar na perspectiva da educação inclusiva, sendo de grande importância essa preparação, pois acredita-se que na escola se pode conscientizar as crianças sobre relacionar-se com a diferença, minimizando os atos preconceituosos em relação ao que difere do padrão considerado normal pela a sociedade.

O terceiro capítulo elucida sobre a formação profissional do pedagogo voltada às necessidades educacionais, assim como a educação especial como modalidade escolar, reforçando a importância e as vantagens do processo de inclusão. Falar do Pedagogo e da sua formação é necessário, uma vez que este é o profissional que costumeiramente atende o público infantil com idade escolar para os anos iniciais.

Em continuidade, o capítulo seguinte traz à luz a realidade do processo da educação inclusiva no Município de Juína-MT, apresentando dados de como vem se caracterizando essa proposta educativa que se tem almejado, especialmente em uma Escola Estadual, baseado na visão dos Pedagogos.

O capítulo quinto, apresenta a metodologia utilizada para construção do presente trabalho. É importante destacar os dados metodológicos, uma vez que toda pesquisa deve atender os critérios científicos a fim de garantir sua credibilidade. Nesta pesquisa fez-se o uso de revisão bibliográfica e pesquisa de campo com o objetivo de compreender como se dá o processo de inclusão em uma escola estadual do município de Juína-Mt.

Por fim, são demonstrados os resultados de pesquisa que apontam para inúmeras as dificuldades encontradas na atuação profissional, que com base nos relatos obtidos, coloca a prova a qualificação profissional, a estrutura física e as condições pedagógicas para lidar com as diferenças encontradas nos alunos com deficiência, e em seguida apresentamos as considerações finais acerca dos dados obtidos.

## 2 O QUE É A DEFICIENCIA?

O conceito de deficiência é usado para definir a perda ou a ausência do funcionamento de algum órgão, dessa forma Bolonhini (2004) afirma que deficiente “é toda perda ou normalidade de uma estrutura ou função psicológica, filosófica ou anatômica que gera incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

Neste contexto, Frias (2008) esclarece dizendo que têm ocorrido tentativas de se estabelecer terminologia correta ao se tratar principalmente de assuntos relativos à deficiência para acabar com as práticas discriminatórias, e que essas práticas vêm se tornando grandes empecilhos principalmente no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência no âmbito escolar. De acordo com a autora a “expressão necessidades educacionais especiais surgiu da intenção de neutralizar os efeitos negativos de terminologia adotada anteriormente para distinguir os indivíduos em suas singularidades”. (p.8).

Na proposta da nova terminologia deve ser utilizada para referir-se às crianças e jovens que tem necessidades elevadas ou de suas dificuldades para aprendizagem, assim os educandos com deficiência não se tornam o alvo dessa proposta e sim a todos os educandos que possuem dificuldades em seu processo de aprendizagem escolar.

Está associada, portanto às dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada às deficiências. Na verdade, com o uso dessa expressão, buscou-se deslocar o foco do ‘especial’ do aluno direcionando-o para as propostas educacionais que eles requerem, ou seja, evitar-se enfatizar os atributos ou condições pessoais que influenciam diretamente na aprendizagem e escolarização, ressaltando-se a importância do papel da escola no atendimento a cada aluno nas suas necessidades específicas. (FRIAS, 2008, p.09).

Segundo este conceito de usar terminologias para referenciar as pessoas por seres diferentes do padrão considerado normal que se tem buscado com este trabalho identificar que esse tipo de atitude muitas vezes tem contribuído mais para a exclusão das pessoas do que propriamente a inclusão delas na sociedade sem dizer que tem provocado inúmeros questionamentos pelos alunos quando se aborda o termo “especial” com as pessoas deficientes. Não é o objetivo da proposta da

educação inclusiva. Omote 2003 manifesta neste sentido a idéia de que a educação deve atingir a todos. Nesse sentido:

O conceito educação abrange crianças deficientes e superdotadas, bem como aqueles pertencentes a grupos marginalizados ou em situações de desvantagem, tais como crianças de rua, as que trabalham as que pertencem a minorias étnicas ou culturais etc. Em última instância, trata-se da educação de qualidade para todas as crianças e jovens. (OMOTE,2003, apud, Reis, 2010, p.12).

De acordo com Dutra (2010), a educação e direito de todos os cidadãos independente de sua condição física, todos têm direito à educação de qualidade, é a Constituição Federal assegura esse direito para todos os educandos e esse direito deve ser cumprido pelas redes de ensino sem nenhum tipo de distinção ou discriminação. Mantoan (1997, apud OLIVEIRA, 2006) “cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos”, neste contexto o processo de ensino aprendizagem ficará mais rico propiciando qualidade de educação para todos os educandos e tornando a escola mais atrativa e conseqüentemente uma escola inclusiva. Neste sentido Dutra (2010, p.5) contribui dizendo:

A inclusão é um direito de todo do aluno e requer mudanças na concepção e nas práticas de gestão, de sala de aula e de formação de professores, para a efetivação do direito de todos à escolarização. No contexto das políticas públicas para o desenvolvimento inclusivo da escola se insere a organização das salas de recursos multifuncionais, com a disponibilização de recursos e apoio pedagógico para o atendimento às especificidades dos alunos públicos alvos da educação especial matriculados no ensino regular.

De acordo com Oliveira (2006), as pessoas com deficiência vêm sendo perseguidas e maltratadas desde a era pré-cristã, sendo consideradas pessoas inúteis e incapazes de viverem em sociedade, elas passaram a ser protegidas mais pelo sentimento de piedade do que pelo respeito às diferenças. Torna-se cada vez mais necessário que as escolas regulares passem a refletir criticamente, sobre seu processo de inclusão buscando práticas inovadoras e essenciais para aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos, independente de possuírem deficiência ou não.

Portanto é possível que as escolas em conjunto com o corpo docente consigam encontrar adaptações que possam contribuir de maneira simples na permanência e na qualidade de ensino e convivência dos alunos com deficiência no

âmbito escolar. Uma vez que eles já se encontram nas escolas, e cabe a cada um encarar o desafio e contribuir para que nesse espaço aconteçam os avanços e transformações ainda que pequenas, mas que propicie o início da inclusão escolar favorecendo uma aprendizagem de qualidade a todos os alunos envolvidos nesse processo conforme Frias (2008).

## **2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVANO ÂMBITO EDUCACIONAL**

Para que se possa compreender o conceito de educação inclusiva, precisa-se voltar aos tempos primórdios, onde de acordo com Noronha (2011) declara que os deficientes eram totalmente segregados do convívio em sociedade, sendo isoladas dentro de sua própria casa, tratadas como pessoa doente e sem nenhuma interação no seio familiar e muito menos pela sociedade. Em algumas situações, pessoas com deficiência eram levadas a morte ou poupadas por serem vistas como pessoas exóticas. Em muitas vezes internadas em manicômios. Esses fatos e outros terríveis as pessoas com deficiência foram submetidas.

Para mudar essa situação segundo Noronha e Pinto (2011, Apud SILVA, et al, 2010, p.2), no final do século XVIII e início do século XIX, começa a se construir instituições especializadas para pessoa com deficiência, considerando-se o surgimento do termo educação especial, pode-se analisar que essa educação acontecia em locais fora do convívio em sociedade, considerando-se que essas pessoas estivessem mais saudáveis e felizes longe da relação com outras pessoas consideradas “normais” pela sociedade. Neste contexto Carvalho argumenta que:

Historicamente, a educação especial era caracterizada com educação de pessoas com deficiência seja ela mental, auditiva, visual, motora, física, múltiplas, ou decorrente de distúrbios invasores do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial. (CARVALHO, 2010, p.17).

Ainda de acordo com a autora quando se pensa em educação especial e ensino regular dar a entender que possuímos uma duplicidade de educação, com esse conceito em separar a educação em modalidade de ensino especial e normal que levou a sociedade equivocadamente, a pensar dessa maneira fragmentada,

onde os objetivos não são iguais para todos simplesmente pela característica que elas apresentam caracterizando a exclusão dessas pessoas.

Partindo desse contexto que procurou a inclusão dessas pessoas no ensino regular para que todas pudessem desfrutar dos mesmos direitos e aprender juntas, no mesmo espaço para que assim no decorrer da convivência elas quebrassem barreiras que lhes foram antes impostas, por pessoas leigas e etnocêntricas, preconceituosa, que se julgam serem melhores que outras por qualquer fator de diferença.

Segundo Mantoan (2008) existem relatos que as primeiras instituições que atendiam as pessoas com deficiência tiveram início no Brasil, aproximadamente na época do Império, com a criação de duas instituições: Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant-IBC, E O Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação–INES, localizados ambos no Rio de Janeiro. A criação desta escola deve-se a Ernesto Huet, que veio da França para o Brasil fundar essas instituições para as pessoas com deficiência. A autora ressalta ainda que:

A criação dessas primeiras instituições especializadas (...) não passaram de umas poucas iniciativas isoladas, as quais abrangem os mais lesados, os que se distinguem, se distanciavam ou pelo aspecto social ou pelo comportamento divergente. Os que não o eram assim a “olho nu” estariam, incorporados às tarefas sociais mais simples. Numa sociedade rural desescolarizada. (JANNUZZI, 1984, apud ROMERO, 2008 p.6).

De acordo com Noronha (2011) na última década de 80 e início dos anos 90 em âmbito internacional, as próprias pessoas com deficiência começam a lutar e se organizar, participando de comissões para que seus direitos fossem reconhecidos, não obtendo grandes avanços. No Brasil, esses movimentos ganha força a partir de 1996 pela Lei de Diretrizes e Base (LDB), incorpora os princípios da Declaração de Salamanca, a partir de então ocorre grandes alterações na legislação brasileira onde foi possível notar as mudanças sociais necessárias para construção de escola inclusiva. Pela primeira vez foi destinado um para tratar da educação especial. (Capítulo V da LDB). Ainda neste período não acontecia atendimento realmente inclusivo, mais de serviço de apoio especializado nas escolas regulares do que a proposta inclusiva.

Somente em 1988 na Constituição Federal que o governo brasileiro assumiu o compromisso oferecendo educação para todos, começaram-se as discussões em um novo modelo de atendimento escolar que viesse a atender a todos no mesmo espaço para que assim as pessoas, antes excluídas, tivessem seus direitos também respeitados denominando inclusão escolar. Esse conceito de inclusão tem por finalidade ampliar a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular, tendo como objetivos o crescimento, satisfação pessoal e a inserção social de todos. Conforme as idéias de Fumegalli (2012).

### **2.1.1 O PERCUSO DA INCLUSÃO A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Pode-se analisar que durante muito tempo as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência eram excluídas da sociedade e conseqüentemente elas não podiam participar dos espaços sociais principalmente escolares. A partir de 1848, nos Estados Unidos começam o atendimento as pessoas com deficiência mental elas passam a receber treinamento para aprenderem comportamento social básico em instituição ainda residencial. Somente em 1896, elas começam a receber atendimento fora dessas residências.

A partir de então, houve um crescimento de instituições especializadas para as pessoas com deficiências, como houve a expansão para o atendimento de outros tipos de deficiência e outros distúrbios, especialmente nos Estados Unidos e no Canadá. Assim surgiram as primeiras classes especiais, dentro das escolas regulares. Conforme as idéias de Reis (2008). Mas essas inserções aconteciam ainda de maneira fragmentada, pois elas eram somente integradas não desfrutavam dos mesmos direitos.

Vale ressaltar que os serviços educacionais para as pessoas com deficiência dependeram muito dos movimentos de profissionais, pais e as pessoas com deficiência que lutavam pela igualdade e criticava que as crianças mesmo integradas em escolas de ensino regular, não havia a inclusão, esse movimento denominado “Regular Education Initiative” (REI), que ocorreu nos Estados Unidos, tinha por finalidade unificar a educação especial e a regular num único sistema educativo, criticando a ineficácia da educação especial. “A proposta do REI, era que

todos aos educandos, sem exceção, devem estar escolarizados na classe de ensino regular e receberem uma educação eficaz, sem que ocorresse nenhum tipo de discriminação”, afirma Sanchez (2005, p.8).

Para as escolas se tornem inclusivas estas precisam enxergar as diferenças, compreender sua diversidade, trabalhar em conjunto e os profissionais da educação devem adotar as mesmas medidas para que não haja a exclusão dentro e fora do âmbito escola.

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão. (ROPOLI, et al 2010 apud SILVA, 2013, p.2).

Neste contexto Carvalho (2006) declara que entender educação Inclusiva “é compreender que se deve primeiro entender que a proposta não foi concebida apenas para determinados alunos e sim para todos, sem distinção. Entender que somos diferentes. Essa é nossa condição humana”. Pensamos de jeito diferente, sentimos com intensidade diferente, agimos de forma diferente, e tudo isso porque vivemos e aprendemos o mundo de forma diferente.

Pensar seriamente na prática da inclusão significa tomar consciência da diversidade dos alunos e valorizá-la. As escolas inclusivas são escolas para todos, o que implica um sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de quaisquer alunos. Sob essa ótica, não apenas as pessoas com deficiências seriam ajudadas e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, apresentem dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento. Todos em sala de aula ganhariam, pois compreenderiam que a diferença tem que ser respeitada e não discriminada muito menos “rotuladas” como pessoas incapazes. De acordo com Freitas (2006) vale ressaltar que:

O princípio fundamental da escola inclusiva é que todos os alunos, devem aprender juntos, independentemente de suas dificuldades ou talentos, deficiência, origem sócio econômica ou cultural. A inclusão reforça a ideia de que as diferenças sejam aceitas e respeitadas, no entanto, para que isso

aconteça de fato são necessárias mudanças sociais bem como um esforço mútuo de todos os profissionais da educação. (FREITAS, 2006, p.40).

Os desafios para as escolas regulares assumirem uma orientação inclusiva em suas culturas, políticas e práticas, não são pequenos. De modo geral, faz parte da cultura das escolas explicarem as dificuldades escolares de muitos e muitos alunos como resultantes de suas limitações pessoais e do contexto social em que vivem. A inclusão educacional exige que expliquemos dificuldades escolares não só tendo os alunos como foco, mas considerando-se as limitações existentes em nossos sistemas de ensino e em nossas escolas. O desafio implica numa nova visão de necessidades educacionais especiais que, além dos alunos, traduzem-se por necessidades das escolas, dos professores e de todos os recursos humanos que nelas trabalham. (CARVALHO, 2005).

Vale ressaltar que autora vai além ao discutir as termologias que são usadas para “classificar” e até mesmo “rotular” as pessoas com deficiência, trazendo para compreensão que o termo “especial”, dentro de âmbito escolar deve abrir lugar para necessidades educacional especial, para que quando se falar em “especial” que seja as alternativas educativas que a escola precisa organizar, para qualquer educando obter o sucesso; especiais deverão ser os procedimentos de ensino; as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem.

Carvalho (2010, p.19) colabora dizendo “não se trata de negar que alguns apresentem mais dificuldades individuais acentuadas, porém não devemos atribuir essas dificuldades somente aos educandos com deficiência” como podemos analisar que os alunos diferentemente apresentam dificuldades em seu processo de aprendizagem e o educador necessita está à frente para minimizar essas barreiras encontradas por eles no ensino educacional, e compreender que os alunos são todos diferentes uns dos outros e à medida que desenvolvem são todos especiais, independentemente de sua condição física.

Sasaki (2005, p. 21) afirma que inclusão “consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluía certas pessoas do seu meio e mantinham afastadas aquelas que foram excluídas”. A inclusão possibilita a sociedade se estruturar, organizar, adaptar para

receber as pessoas com deficiência, devem ser eliminadas todas as barreiras que discriminam os sujeitos da sociedade.

### **2.1.1.1 INTEGRAÇÃO X INCLUSÃO**

Compreender de maneira clara e objetiva o sentido de integração que venha diferir da inclusão em nosso contexto educacional e social, Bernardes (2010) declara a idéia de que antes a integração no princípio era denominada somente os alunos da educação especial, onde os mesmos seriam integrados a escola de maneira fragmentada onde esses alunos deveriam se adequar ao modelo da escola, ao invés da escola se adequar a esses alunos causando ainda mais a exclusão, o modelo pedagógico utilizado com os alunos com necessidades especiais era um modelo integracionista, integra por integrar nada mais.

Garcia (2011) esclarece que nos anos 80 começa-se a questionar pelos movimentos internacionais de organizações de pessoas com deficiência a injustiça do modelo integrativo, neste modelo só aceitava inserir na sociedade as pessoas com deficiência que fossem consideradas prontas ou quase prontas para conviver nos sistemas sociais. Neste sentido essas pessoas tinham que se adaptar-se ao local onde fossem inseridas, se no decorrer do processo elas não se desenvolvessem em relação à turma eram devolvidas para família e consideradas incapazes. Na proposta da inclusão ao contrário da integração veio garantir o direito não somente das pessoas com deficiência, mas de todos os seres humanos independente da sua condição física.

Para Pereira (1980, APUD BERNARDES, 2010), integração “é fenômeno complexo que vai muito além de colocar ou manter pessoas com deficiência em classes regulares. É parte do atendimento que atinge todos os aspectos do processo educacional”. A autora vem afirmar que a inclusão vai muito além do que pensamos é permiti que o outro desfrute daquilo que é seu por direito.

De acordo com Carvalho (2006), para que a aprendizagem aconteça não adianta somente incluir os alunos é preciso integrá-los uma vez que integração deve andar junto com a inclusão uma completando a outra. Na perspectiva de uma educação inclusiva deve-se atentar para a rotulação, e fugir de utilizar modelos para diferenciar os alunos como “especiais normais” como isso fosse pretexto para que

os alunos fossem incapazes de aprenderem juntos e trocarem experiência que os levem a romper barreiras para aprendizagem e o convívio em sociedade. PARRILLA (2001, APUD SANCHEZ, 2005), “Cabe reconhecer as diferenças entre a integração e a inclusão em um marco mais amplo, centradas nos direitos humanos, no fim dos rótulos e modelos sociológicos sob o qual interpretam a deficiência”.

Nos anos atuais busca-se romper com essas barreiras que tanto ocasionou a exclusão das pessoas, precisa-se urgentemente conscientizar e parar de classificar os indivíduos e começar a encontrar meios onde todos possam ter seus direitos reconhecidos e respeitados, onde todos só terão a ganhar se começarem a compreender a diversidade, trabalhar a diferença e principalmente romper com o preconceito que está a florado no seio da sociedade.

#### **2.1.1.2 LEIS QUE AMPARAM AS PESSOAS COM DEFICIENCIA NO ENSINO REGULAR/ DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**

Compreende-se que depois de um longo período de segregação das pessoas com deficiência, que antes eram excluídas da escola regular, agora tem direito garantido pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9394, em 1996 que asseguram direito de freqüentar o mesmo ambiente escolar de crianças consideradas “normais”. Não somente as que apresentam deficiência física, mas, também as que apresentam transtornos globais e altas habilidades conforme em seu art. 58, dispõem que a educação escolar deve ocorrer na rede regular de ensino, e quando necessários serviços de apoio especializado.

Dispõem também em seu art. 59, que o sistema de ensino deve assegurar e contemplar a adequada organização do trabalho pedagógico a fim de atender as necessidades específicas de seus alunos, com professores preparados para o atendimento tanto para o ensino regular e para o atendimento especializado capacitando-os para integrar os alunos com necessidades especiais nas classes comuns. (BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1996).

Neste período, Osório (2008) afirma que mesmo com a efetivação da lei (LDB, 1996) entre outros que foram homologadas decretadas ainda permanecia a concepção de políticas especiais para tratar da educação de alunos com deficiência,

apesar da inserção no ensino regular, não era organizado um atendimento especializado que compreendesse a singularidade dos educandos. Somente em 1988, a Constituição Federal vem mudar essa realidade traz como um dos seus objetivos fundamental “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quais quer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação ao trabalho, no artigo I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” e estabelece ainda no artigo (208), garante que é dever do Estado, oferta do atendimento, preferencialmente especializado na rede de regular de ensino.

A Declaração de Salamanca foi à grande norteadora da educação inclusiva para a inserção das pessoas com deficiência no ensino regular. Foi a Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, com o compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência de providenciar educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

Sua contribuição foi de grande importância, pois foi através da Declaração de Salamanca, que conseguiram sistematizar e organizar em um único documento as ações e políticas voltadas à educação especial. Surge, assim, a Política Nacional de Educação Especial, entendida como a ciência e a arte de estabelecer objetivos gerais e específicos, decorrentes da interpretação dos interesses, necessidades e aspirações de pessoas com deficiências, condutas típicas (problemas de conduta) e de altas habilidades (superdotadas), assim como de bem orientar todas as atividades que garantam a conquista e a manutenção de tais objetivos. De acordo com Rodrigues (2014).

A partir da Declaração de Salamanca (1994) o Brasil oficializou a discussão de idéias diferente, este documento traz uma nova proposta de educação especial tendo outra concepção de criança. Que acredita que todas as crianças possuem uma característica, habilidades e interesses diferentes, sendo necessidades únicas do indivíduo. Assim, tem o direito de atingir o nível adequado em sua aprendizagem. Deixa bem explicita quando assegura que “aquele com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de

uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer as atais necessidades” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994. p. 1 e 2). Sustentando ainda que:

O Princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de sua condição física, intelectual, social, emocional, lingüística entre outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças que vivem nas ruas e que trabalhem; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros ou zonas desfavorecidos ou marginalizados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.14).

Neste contexto, a responsabilidade da inclusão dos educandos em geral e principalmente dos alunos com deficiência e da comunidade escolar, representado oportunidade que nesse espaço se consigam trabalhar a diversidade cultural levando aos educandos a compreender e se relacionarem entre si possibilitando a troca de experiência. Objetivando-se que no âmbito escolar não caminhe para um grupo de pessoas com atitudes e comportamentos padronizados, pois cada um possui desejos e necessidades diferentes. Na própria Declaração de Salamanca, no art.4º, aponta que:

As necessidades educativas especiais incorporam os princípios já aprovados de uma pedagogia equilibrada que beneficia todas as crianças. Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades da cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e a natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.18).

Compreendendo-se que a escola deve-se preocupar-se em atender as necessidades educacionais especiais de seus educandos, através de uma aprendizagem significativa que venha contribuir no desenvolvimento e no ensino aprendizagem desses alunos. E atenta-se para as termologias inadequadas quando se referem à singularidade dos indivíduos. Buscando uma nova proposta a ser utilizada no ensino regular como prevenção ao preconceito e a discriminação. Pois dentro do âmbito escolar esses alunos como os demais possuem necessidades educacionais especiais com qualquer criança que inicia sua vivencia escolar.

## 2.2 O QUE SIGNIFICA O TERMO “ESPECIAL”?

A proposta da educação inclusiva em atender todos os educandos e que na escola se propiciem uma educação de qualidade centrada na criança, onde se respeite as necessidades de cada indivíduo, faz-se necessário atentar-se para as termologias usadas para referenciar as pessoas com deficiência no âmbito escolar, quem já não ouviu expressões como: aluno especial, aluno deficiente ou portadores de deficiência. Ao analisar essas expressões as organizações de pessoas com deficiência têm questionado o peso que se emprega nesses termos considerando-se inadequados uma vez que se busca igualdade no âmbito escolar com a finalidade de acabar com as práticas discriminatórias. De acordo (RAGAZZI, 2010).

Neste contexto a autora explica sobre essa abordagem inadequada, quando se usa o termo “portador” para referir a uma pessoa com deficiência, ela explica que a pessoa não porta não carrega sua deficiência, a pessoa possui uma deficiência. Sendo inadequado esse termo. Outra terminologia não aceitável é quando se falam “pessoa deficiente”, dá a entender que a pessoa é totalmente deficiente, sendo um termo considerado inaceitável uma vez que a pessoa possui uma limitação ou perda de algum membro. Sendo recomendado pela organização de pessoas com deficiência que se aborde o termo correto ao se referenciar a ela, pessoas com deficiência, pois elas falam que possuem uma deficiência e momento algum elas portam ou carregam essa limitação.

Por outro lado, tem se questionado o termo “especial” no ensino regular para relaciona-se à Educação as pessoas com deficiência, Carvalho (2010) esclarece a idéia de que, especiais devem ser consideradas as alternativas educativas que as escolas precisam organizar, para que os alunos obtenham em seu processo de ensino aprendizagem sucesso. Se os educadores tiverem esse enfoque e procurarem analisar essa proposta, será mais enriquecedor de que atribuir essa característica aos alunos com deficiência ao considerar “especiais e normais”.

Sendo oportuno relembrar que a autora afirma que especiais deveram ser os procedimentos de ensino e as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover as barreiras para o desenvolvimento dos educandos, uma vez que todos devem ser considerados especiais e normais. Não se trata de negar que irão existir diferenças individuais na aprendizagem uns com mais e outros com menos,

mas isso não se trata de ser uma peculiaridade das pessoas com deficiência. Se formos analisar todos possuem dificuldades no decorrer de uma aprendizagem. E a proposta é que se entenda por educação especial o conjunto de recursos que todas as instituições de ensino devem assumir e disponibilizar para remover as barreiras para aprendizagem dos educandos. Compreendendo que eles necessitam de apoio diferenciado daqueles que está disponível na via comum da educação escolar em vez de “rotular” e “classificar” como muitas vezes acontece.

### 3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PEDAGOGO VOLTADA A INCLUSÃO

Deve-se lembrar que o princípio fundamental da escola inclusiva é de que todos os educandos devem aprender juntos, independentemente de suas dificuldades, deficiência e cultura, tem como fundamento central que as diferenças sejam aceitas e respeitadas e o âmbito escolar é o melhor lugar para se começar a assumir e pôr em prática essas idéias de inclusão. Portanto para isso acontecer de fato é necessárias mudanças sociais, bem como esforço mútuo de todos os profissionais da educação pelo aprimoramento da prática educativa

O sistema educacional escolar precisa transformar-se para oferecer educação de qualidade para todos nas salas de aulas, com apoio aos educandos, a família e principalmente aos educadores, que estão recebendo alunos com necessidades educacionais especiais em suas turmas, e de extrema importância que a formação continuada cumpra e examine a formação inicial de todos os professores com a finalidade que no longo desse percurso de formação o mesmo consiga aliar a qualidade com equidade. (FREITAS, 2006, p.38). A autora vai além ao afirmar que:

Uma pedagogia mediadora e centrada na criança precisa romper com os laços de preconceitos e rótulos que até então permaneceram o cenário educacional. Desse modo, é necessário que a escola seja analisada em sua totalidade, enquanto instituição social, estruturalmente, quanto aos seus objetivos e postura pedagógicas e ainda quanto às metodologias e estratégias que utilizam para promover a aprendizagem dos educandos. E preciso deixar de ser mero executados de currículos. (FREITAS, 2006, p.40).

Desse modo a formação dos docentes merece um olhar especial de todas as maneiras, são eles os responsáveis pela mediação e construção de conhecimentos que as crianças irão obter durante sua vida escolar, neste contexto a responsabilidade aumenta ainda mais quando irão receber alunos com necessidades educacionais especiais em suas turmas de ensino regular, se o mesmo não estiver capacitado ele irá encontrar barreiras que impedirá que é inclusão aconteça. “A inclusão de alunos com necessidade educacionais especiais desafia os professores que os recebem e requer investimentos na organização e concretização de uma escola aberta a todos” (JERONIMO, et al 2007, p.3).

Conforme a autora discorre que muitos docentes argumentam que a ausência de disciplina que contribui e vêm favorecer o conhecimento nos cursos de formação tem dificultado o trabalho com os alunos com necessidade educacionais especiais. É importante o suporte do trabalho educacional, compreende-se que essa rejeição de receber tais alunos em suas salas de aulas acontece mais pela falta de informação, do que propriamente dito da ausência de disciplina, essas disciplinas eles poderão obter na formação continuada, percebesse que a desinformação tem acarretado inúmeras barreiras que deveriam ser mínimas em relação à atuação do educador, enquanto professor não se escolhe quem educar e sim educar a todos com o mesmo comprometimento que educaria alunos com e sem deficiência.

Larrosa (2002, APUD JERRONIMO, 2007), nos esclarece que “experiência e o que nos passa, é o que acontece, é o que nos conta”. O professor não encontrará a experiência somente nas teorias bibliográficas, não existe um modelo pronto e acabado de como ele deve trabalhar com alunos com necessidade educacionais especiais, o conhecimento esses educadores irão obter na prática com esses alunos na relação que ambos vão adquirindo com passar do tempo, a experiência acontece no dia-a-dia, na quebra de barreira, nos fatos que vivenciam durante sua jornada de trabalho. O professor aprende a ensinar enfrentando diversas situações que o possibilitará a construir as ferramentas que irão ser úteis no processo de inclusão.

Portanto em relação aos docentes recaem novas exigências, o educador necessita estar sempre atualizado, muito bem informado não apenas aos acontecimentos do mundo, mas principalmente em relação aos conhecimentos curriculares e pedagógicos e às novas tendências educacionais para que atenda a necessidade de seus alunos, o Professor deve refletir e reconhecer a importância de sua capacitação por meio da formação continuada.

De acordo com Neto e Maciel (2002, APUD CHIMENTÃO, 2009) para que as mudanças venham acontecer no âmbito educacional, é necessário um novo profissional do ensino, ou seja, um profissional que valorize a investigação como estratégia de ensino, que principalmente desenvolva a reflexão crítica de sua prática educacional e que se preocupe sempre com sua formação continuada. A autora afirma que formação continuada “passa a ser um dos pré-requisitos básicos para a transformação do professor, pois através de estudo, da pesquisa, da reflexão, do constante contato com novas concepções que serão possíveis a mudança”. A

formação continuada para que atinja seu objetivo a mesma precisa ser significativa para educador.

Segundo Nascimento (2000 APUD BORGE, et al 2013), as propostas de capacitação dos docentes têm apresentado baixa eficácia, e algumas das razões são: a desvinculação entre teoria e prática; ênfase excessiva em aspectos normativos; e a falta de projetos coletivos entre outros. Isso tem acarretado o desinteresse dos professores, por entender que certas atividades realizadas na formação continuada, quase sempre, não têm contribuído para o desenvolvimento profissional e muito menos na realidade do cotidiano da sala de aula. Essa situação vem se tornando corriqueira no ambiente educacional.

Outra barreira que também vem sendo palco de discursos são as condições físicas das escolas e a falta de investimento dos órgãos responsável, na inserção das pessoas com deficiência no ensino regular. O que se percebe na realidade são salas superlotadas, falta de acesso a materiais pedagógicos, acessibilidade precária que tem prejudicado a socialização e aprendizagem desses educandos. Colocando a prova a incapacidade do estado de se pôr em prática o que foi estabelecido nos documentos que aparam a educação inclusiva dos alunos com deficiência no ensino regular. De acordo com as idéias de (RODRIGUES, 2005).

Portanto, faz-se necessário a preparação de todos os membros que constitui a educação como, os fonoaudiólogos, psicólogos, nutricionista, auxiliares pedagógicos que trabalhem em coletivo visando sempre à qualidade do processo educacional dos educandos para a promoção e progresso da educação inclusiva. (SALAMANCA, 1994, p.31).

### **3.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO MODALIDADE ESCOLAR**

Educação especial é uma modalidade de ensino que promove o desenvolvimento das pessoas com necessidades educacionais especiais, abrangendo todos os níveis de ensino desde a educação infantil ao nível superior. Isso significa que tanto os alunos da educação infantil e os alunos da universidade têm direitos aos currículos adaptados para melhor desenvolvimento de seu processo de ensino aprendizagem. De acordo Silva (2003, p.13) a “Educação Especial, como modalidade de educação escolar significa uma educação que se dá na escolar pode

parecer óbvio, mais antes da Lei 9.394/96 não existia esse tipo de atendimento, depois dessa Lei passa a ser obrigatório que essa educação aconteça dentro do âmbito escolar”, que essa inclusão com os demais alunos aconteça gradativamente para que assim no decorrer desse procedimento se organizem métodos, técnicas com finalidade de favorecer o processo de ensino aprendizagem.

Dessa forma essa modalidade “é considerada como conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos oferecendo diferentes alternativas de atendimento”. Levando em conta que essa modalidade vem facilitar a aprendizagem de todos os educandos que apresente necessidades educacionais especiais não somente dos alunos com deficiência. (SILVA et al, 2003, p.13).

Nessa relação podemos usar um exemplo, o aluno universitário que tem dificuldade na escrita, com histórico de dislexia ou com paralisia cerebral, passa ter o direito de poder usar o computador pessoal para utilização de trabalhos e avaliação escolar para minimizar as dificuldades da língua escrita da academia. Sendo uma forma de garantir a inclusão escolar dos discentes.

As necessidades educacionais especiais do meio universitário. Dessa forma ao utilizar o conceito de inclusão não seria somente os alunos com necessidades educacionais especiais que teriam esse direito, mas todos os alunos possibilitando que todos tenham as mesmas oportunidades e igualdade de direitos. Sendo um ensino voltado ao sucesso de ambos os educandos não para competição que tanto marca a exclusão na sociedade conforme Silva (2003).

A constituição Federal (1996) deixa bem claro em seu artigo 59, inciso I, que “os sistemas de ensino assegurarão ao educandos com necessidade educacionais especiais direitos como currículo adaptados, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos que atenda as necessidades de seus alunos” cabendo a escola assegurar esses direitos aos seus alunos sempre que houver necessidade, para que todos tenham igualdade de condições de acesso para sua permanência ao ensino escolar.

### 3.3 A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA TRABALHAR A INCLUSÃO – SEGUNDO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO?

Nos dias atuais tem se buscando cada vez mais profissionais qualificados para desenvolver novas práticas educacionais que atenda às necessidades de seus educandos, promovendo uma educação de qualidade e significativa, partindo da realidade onde seu aluno está inserido, assim. Segundo Silva (2007, p.8) argumenta que:

Os cursos de Pedagogia têm como objetivo central à formação de profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, nas disciplinas pedagógicas para formação de professores, no planejamento e na gestão e avaliação de estabelecimento de ensino, de sistemas educativos escolares e de programas não escolares.

Como podemos analisar neste contexto que o Pedagogo está ligado direta e indiretamente na formação de seus educandos, sendo responsável por traçar caminhos que sejam significativos na vivência de seus alunos dentro e fora do ambiente escolar. Entre várias outras responsabilidades que são atribuídas ao Pedagogo. Vêm sendo muito discutido sobre a formação dos professores em relação à perspectiva e preparação na mediação do ensino aprendizagem de pessoas com deficiência no ensino regular.

Aquele velho discurso que casamos de ouvir que alguns educadores não se encontram aptos para trabalharem com a educação inclusiva continua muito comum no âmbito educacional, mas segundo Miller (2000, apud SILVA, 2007, p.14) reforça a idéia de que:

“Isso acontece, em parte, devido à falta de oportunidade de treinamento e, em parte, ao mito existente há muito tempo acerca da especialização das necessidades especiais que os fazem acreditarem que a capacitação especializada é um requisito para inclusão”. Ele continua dizendo que: “essa tarefa não é tão difícil quanto pode parecer, pois a maioria dos professores já tem muito conhecimento e das habilidades que eles precisam para” ensinar de forma inclusiva. O que lhes falta é a confiança em sua própria competência.

Consta na própria LBD nº 9394/96, os fatores que norteiam os objetivos traçados no processo educativo no que diz respeito à formação de professores como

pode ser analisado no artigo 59, inciso III, sustenta a idéia de que “coloca a discussão da formação do professor, no desafio de atender seu papel como co-participante em uma educação inclusiva”.

Em tal contexto quer dizer que os futuros docentes devem ter uma compreensão básica em relação ao ensino e escolas inclusivas para que assim consigam favorecer na articulação e prática metodológica que é fundamental na formação de seus educandos, conforme Mazzotta (1998, apud SILVA, 2007, p.15) argumenta que:

Algumas modificações são, às vezes, requeridas na organização e no funcionamento da educação escolar para que tais alunos usufruam dos recursos escolares de que necessitam para alcance daqueles objetivos. Em razão disso, são organizados auxílios e serviços educacionais especiais para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir o ensino regular, como forma de assegurar o ensino para esse alunado. As necessidades educacionais especiais são definidas e identificadas na relação concreta entre educando e a educação escolar. Assim, os recursos educacionais especiais requeridos na situação de ensino-aprendizagem é que se configura como “Educação Especial” e não devem ser reduzidos a outra modalidade administrativo-pedagógica como escola especial.

De acordo com as idéias de Silva (2007, p.15) em “torno da formação de professores e das práticas pedagógicas que se tem debatido os desafios, as possibilidades e ações para que o processo de inclusão dos alunos com deficiência seja efetivado”. Porém a uma disputa de espaço entre a educação especial e a educação comum que vem se tornando barreiras no processo de inclusão, desconsiderando que uma necessita da outra para que aconteçam avanços na prática de ensino como enfatiza Ferreira (1999, apud Silva, 2007, p.15) que esclarece:

Que a educação especial vive um importante momento, em um contexto favorável para ampliar reformas na educação geral, com novas questões referentes a garantir uma educação de qualidade aos educandos com deficiência. Estas questões são necessárias não apenas pela perspectiva da inclusão escolar, “mas principalmente pela perspectiva de que aquilo que denominamos educação especial se constrói e reconstrói a partir das práticas da escola comum”.

Neste contexto é na escola que se conseguirá construir novas práticas para garantir uma educação de qualidade aos educandos com deficiência e aqueles que tiverem dificuldades de aprendizagem. Vale relembra o que diz o Plano Nacional de

Educação em relação à formação de professores (Lei nº 10.172/2001) que discorre o seguinte:

A formação de professores, na sua fase inicial e continuada, contemple a educação dos cidadãos, tendo em vista uma ação norteada pela a ética, justiça, dialogicidade, respeito mútuo, solidariedade, tolerância, reconhecimento da diversidade, valorização das diferentes culturas, e suas repercussões na vida social, de modo particular nas escolas, dando-se especial atenção à educação das relações de gêneros, das relações étnico-raciais, à educação sexual, preservação do meio ambiente articuladamente a da saúde a da vida, além de outras questões de relevância local, regional, nacional e até mesmo internacional.

Neste contexto e da grande importância que se discuta e analise a formação do professor como um dos fatores que norteiam os objetivos traçados nesse processo educativo onde tem se discutido qual é o papel do professor e da escola na perspectiva da inclusão o que fazer e como fazer para que se alcance o sucesso das ambas às partes envolvidas nesse processo considerando que não á receita pronta de como se alcançar esses objetivos.

### **3.4 A DIFERENÇA NO PROCESSO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM DEFICIENCIAS**

Quando se objetiva que a escola se torne inclusiva, precisa-se romper com os velhos paradigmas e buscar alternativa que almeje novas práticas pedagógicas. De acordo com Frias (2008) ensinar é uma tarefa que envolve conhecimento acerca de como acontece o processo de ensino e aprendizagem incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular necessita ocorre reformas no sistema educacional.

Isto implica na adequação do currículo, com modificação da forma de ensino na metodologia e avaliação; implica também no desenvolvimento de trabalho em grupo na sala de aula e na criação e adequação da estrutura física que deve facilitar o ingresso e a movimentação de todas as pessoas. Tem sido um desafio fazer com que a inclusão ocorra sem perder de vista que além dessas oportunidades, deve-se garantir não só o desenvolvimento da aprendizagem mais também o integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais. Como esclarece (FREITAS, 2006).

O desafio colocado aos professores e grande e muitos continuam despreparados para promoverem estratégia de ensino diversificado, mas os alunos já se encontram nas escolas e cabe a cada profissional da educação encarar o desafio de maneira que venha a contribuir no ambiente escolar, dessa forma aconteçam os avanços e transformações que propicie o início da inclusão escolar de todos os alunos. Neste contexto a autora afirma que:

É importante ressaltar ainda, que antes de se iniciar um trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, no ensino regular, é necessário que se faça um preparo dos demais alunos, no sentido de conscientização da importância da convivência na diversidade e no respeito às diferenças. (FRIAS, 2008, p.4).

Na educação inclusiva não se deve somente preocupasse com o desenvolvimento cognitivo dos alunos e importante compreender que entre as funções da educação inclusiva estão também a formação e o desenvolvimento das personalidades dos alunos da sua capacidade de refletir, de agir à frente das diversas situações da realidade do dia-a-dia. Mantoan (2006, apud Moreira. 2006) defende que o processo educacional inclusivo não deve ser marcado pela lógica de alunos com cabeças bem cheias, mas sim pela lógica de alunos com cabeças bem preparadas.

De acordo com Moreira (2006), quando se trata do processo educacional inclusivo de como se avaliar tem ocorrido dúvidas freqüentes, deve-se antes salientar que a avaliação escolar não pode em nenhum momento ser utilizada como instrumento de poder. Dentro da concepção inclusiva deve-se avaliar a aprendizagem através do percurso realizado pelo estudante no decorrer do processo educacional, levando em consideração o que ele é capaz de fazer para ultrapassar as suas dificuldades, para construir seus conhecimentos, tratar informações e participar ativamente da vida escolar e cotidiana. Salvador (2006) sustenta que:

O processo educacional inclusivo é entendido aqui como aquele em que todos são considerados e entendidos de forma significativa. Neste processo, as diferenças são tidas como sinônimos de riquezas e não de limitações. Vale ainda frisar que quando se trata, neste trabalho, de inclusão para alunos com necessidades especiais, se estará pensando de forma bastante ampla, levando em consideração várias dimensões, como a cognitiva, a social, a econômica, a política, a cultural, dentre outras. Dessa forma, não se considera como alunos mentais, mas também aqueles com necessidades sociais, econômicas, culturais, etc., os quais também gritam

por mudanças educacionais. É por isso que a inclusão escolar é interruptamente entendida como aquela que trabalha com absolutamente todos. (SALVADOR, 2006, p.13).

Nesse sentido todos devem estar envolvidos, buscando juntos novos procedimentos para que de fato todos venham a ser beneficiados no processo educacional. Sem excluir aqueles que apresentem limitações, esses também serão inclusos neste processo educacional sendo considerados suas condições tanto física, social, econômica e cultural ente outros aspectos relevantes. Porque a inclusão é colocar algo ou pessoa em um determinado local e a partir desse momento propiciar a interação com os demais que ali se encontra atendendo a todos com o mesmo objetivo mediar o processo de ensino aprendizagem de todos evitando proceder de maneira peculiar para não favorecer somente um grupo de pessoas.

#### 4 A INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE JUÍNA-MATO GROSSO

Juína é um município brasileiro do estado do Mato Grosso, nome de origem indígena, da etnia Pareceu, de grafia "zui-uína", que significa - Rio do gavião. Também há a possibilidade de originar da etnia Cinta Larga "ju-hi-iña". O município de Juína está localiza-se a noroeste do estado a 734 quilometro da capital de Cuiabá, Foi criado a partir de um projeto implementado pela Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso, CODEMAT, no ano de 1976, com objetivo de expansão das fronteiras agrícolas e ocupação de áreas até então pertencentes a povos indígenas naturais da região. A população atual é de aproximadamente 39.640 habitantes distribuídos na zona rural e urbana. Seu clima é tropical com duas estações climáticas bem definidas - período das chuvas e período da seca. A emancipação política de Juína aconteceu no dia 9 de maio de 1982, sendo eleito o seu primeiro prefeito o professor Orlando Pereira, conforme os dados de Araújo (2014).

Hoje Juína tem aproximadamente na zona urbana nove escolas e sete centro de educação infantil que trabalham com crianças, jovens e adolecentes, em quase todas essas escolas e centro de educação infantil já encontra-se crianças deficientes sendo alfabetizadas no ensino regular.

Para analisar com vem sendo essa inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular, que no dia 18 de Abril de 2016, foi realizada uma entrevista com a diretora da Escola Pestalozzi do município de Juína onde a mesma relata que somente as crianças com deficiência mais acentuadas que permanece na instituição, e as outras que tem condições de serem alfabetizadas são aconselhadas que as famílias procurem matricular seus filhos nas unidades de ensino regular.

Mas muitas vezes essas famílias voltam a procurar da escola Pestalozzi, pelo fato que as famílias argumentam que as escolas não estão de fato trabalhando com a proposta da educação inclusiva deixando muito a desesjar na visão dessas famílias. Na fala da diretora ela afirma “que hoje em dia a menas recusa das escolas de receberem os alunos com deficiência”, pois sabem que está previsto em Lei e eles têm todos os direitos de frequentarem a escola regular, mas esta faltando mais iniciativa da própria escola para que esses alunos permaneçam e se efetive de fato o processo de ensino aprendizagem desses educandos.

Neste contexto pode-se analisar grandes avanços no processo educacional, e a proposta da educação inclusiva e que esses avanços continuem acontecendo e contemple realmente as todos que necessitam para que assim todos desfrutem dos mesmos direitos, das mesmas oportunidades, para que ninguém seja excluído por de nenhum fator de diferença.

As escolas possuem papel fundamental nesse contexto de inclusão, a mesma precisa buscar novas metodologias para atender as necessidades educacionais especiais de seus alunos, investir na gestão democrática onde todos participem desde os funcionários, professores alunos e comunidade, irá ajudar que a escola encontre métodos que facilitará o processo de ensino aprendizagem. Porém não existem uma receita pronta de como os professores devem atuar essa experiência eles irão adquirindo no dia-a-dia na relação professor e aluno. E buscando juntos acabar com as barreiras que se constituiu ao longo dos anos.

Mas a realidade das escolas no Município de Juína não é diferente dos outros Municípios que tem alunos com deficiência á um descaso dos órgãos responsáveis que pressam mais pela quantidade e esquecem da qualidade de ensino mediada para esse alunos que acabam sendo segregados pelo sistema. E a falta de investimento, condições trabalho entres outras impecilhos tem aumentado os índices do fracasso escolar dos alunos com e sem deficiência.

## 5 METODOLOGIA

Para resolver as questões apontadas neste trabalho optou-se por realizar uma pesquisa Qualitativa por meio de “Questionário” que para LAKATOS (2011, p.269) sustenta que “A metodologia qualitativa se preocupa em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamentos”. Trazendo assim mais veracidade a pesquisa que mostrará a realidade de maneira sucinta em que se encontra o local pesquisado.

Portanto, para que se pudesse chegar aos objetivos proposto, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, artigos científicos retirados da internet, revistas, que contribuirão para a investigação de como vem acontecendo à educação inclusiva no ensino regular público do município de Juína Mato Grosso, baseando-se por meio de questionários qualitativos.

O objetivo do questionário seria verificar como os pedagogos estão trabalhando a proposta de educação inclusiva no âmbito escolar no ensino regular especialmente com as pessoas com deficiência, uma vez que esse processo deve incluir todos os alunos independentes de sua condição física. Conforme Mantoan (2006). Portanto foram entregues quatorzes (14) questionários a esses pedagogos no dia 13 de abril de 2016, sendo orientados a entregar a pesquisadora no dia 27 de abril de 2016. No dia marcado obteve-se somente cinco questionários respondidos, sendo que um (1) veio em branco, onde a profissional argumentava que a inclusão não condizia com sua prática pedagógica. Em várias tentativas de recuperar os oito questionários com os profissionais pedagogos que não entregaram na data prevista não se obteve sucesso. Deixando a entender que a pesquisa pouco lhes interessam.

Vale ressaltar que os arquivos digitais têm uma grande parcela de contribuição no desenvolvimento desse trabalho de pesquisa, pois esses documentos por exemplos (artigos, Revista...) entres outros meios digitais eles são considerados com heranças para sociedade, através deles que conseguimos analisar e questionar criticamente sobre as evoluções de determinados períodos, para que assim possam ser feitas análise de como se iniciou certos fatos, e como vem sendo tratados atualmente.

Os questionários possuem o mesmo valor metodológico que os arquivos digitais, pelo fato que através dos questionários pode-se analisar a compreensão dos envolvidos na pesquisa. Sendo de grande valia sua participação, pois o mesmo enfatiza a realidade que muitas vezes se contradiz da teoria, sendo os entrevistados as pessoas mais aptas para contribuir com o resultado da pesquisa.

Neste contexto percebe-se, que todas essas pontuações acima descritas podem ser vivencia da na pesquisa a campo, após uma base teórica de autores específicos no assunto e a pesquisa a campo tem o intuito de contextualizar as duas vertentes para que aja uma melhor compreensão do tema proposto. Em relação à pesquisa Cervo (2002) propõem a idéia de que:

A pesquisa bibliográfica é o meio de formação por excelência e constituída o procedimento básico para os estudos monográfico, pelos quais busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema. Como trabalho científico original, constituído a pesquisa propriamente dita na área das ciências humanas. (CERVO, 2002, p.66).

Esta pesquisa se realizará em uma Escola Estadual do Município de Juína-MT. Foram entrevistados, somente os pedagogos por meio de um questionário composto por (8) oito questões, abertas e (2) fechadas para que os mesmos possam relatar como vem acontecendo à proposta da educação inclusiva na sua unidade de ensino é relatar um pouco sobre suas experiências com os alunos com necessidades educacionais especiais.

A escola em questão atende um público de 1380 alunos nas modalidades de Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, distribuídos nos períodos matutino, vespertino e noturno. O perfil do público atendido nesta instituição tem pouca variação, pois a maior parte são moradores do próprio bairro.

A pesquisa a campo tem um significa muito importante dentro do trabalho científico, pelo fato que o pesquisador tem a possibilidade de contextualizar a teoria e a prática fazendo um recorte da realidade do local pesquisado, dando mais credibilidade para a pesquisa, como pode-se compreender a teoria muitas vezes não corresponde com a realidade vivenciada por determinada sociedade, cabendo ao pesquisador analisar o porquê não acontecer. Nesse processo devem traçar um trabalho coletivo, junto com o local pesquisado, encontrar maneiras que venha

minimizar as barreiras para que de fato aconteça como deveria. Por isso é muito importante a pesquisa a campo.

## 6 ANÁLISE E DISCURSÕES DO QUESTIONÁRIO APLICADO

Neste capítulo serão apresentadas as análises das respostas obtidas com o uso do questionário elaborado, a fim de conhecer mais profundamente a realidade vivenciada na prática profissional do pedagogo, assim como suas percepções individuais do processo de inclusão do aluno portador de necessidades especiais.

As questões utilizadas na pesquisa serão analisadas, a princípio, individualmente e em seguida uma análise geral dos dados obtidos.

Tabela 1 - O que você entende por educação inclusiva?

Sujeito	Questão 3 – O que você entende por educação inclusiva?
A	O direito a educação a toda criança, adolescente ou adulto, seja qual for a sua dificuldade.
B	Educação inclusiva é inserir o aluno na escola normal, independentemente de qualquer situação (física, financeira, etc.)
C	É a educação que dá direito a todos de estar na escola e mais que isso propõe ações para que todos os sujeitos tenham conhecimento, tenham aprendizagem.
D	Educação inclusiva é dar oportunidade para crianças com alguma deficiência física ou mental de socializar-se e até aprender algo com as demais crianças da escola.
E	É o direito que o aluno tem de se socializar com tudo e todos que faz parte do meio social, desde que o ambiente lhe ofereça métodos para suprir suas necessidades.
F	A professora entregou em branco alegando que não condiz com sua prática.

Os profissionais pedagogos que participaram da pesquisa têm um consenso sobre o que é educação inclusiva. Percebe-se que todos respondem de maneira similar, aferindo que a educação inclusiva é “dar o direito” a qualquer criança, adolescente ou adulto que tenha alguma necessidade especial, de qualquer natureza, a frequentar a ensino regular, possibilitando assim melhores condições de socialização e troca de conhecimentos e saberes com as demais crianças que não apresentam necessidades especiais. Reafirmando o que diz Freitas (2006) quando afirma que o princípio fundamental da escola inclusiva é que todos devem aprender

juntos, independente de sua condição física, econômica e cultural a educação é direito de todos e para todos.

Tabela 2 - Como você percebe a proposta da inclusão?

Sujeito	Questão 4- Diante da realidade do processo educacional/escolar, como você percebe a proposta da inclusão? Quem, em sua opinião, deve ser incluso no ensino regular?
A	Todas as pessoas sem exceção no sistema de ensino, independentemente de cor, classe sócias e condições físicas e psicológicas.
B	A proposta é ótima, porém, não oferecer as condições necessárias para atender as necessidades de cada aluno, a escola, num todo, acaba não atendendo esse aluno da forma que deveria ser oferecendo o mínimo de conforto e condições para que o mesmo possa desenvolver seus conhecimentos. Como estão as nossas escolas hoje, acredito que para alguns alunos a inclusão traz sofrimento, do que benefícios. No papel a proposta é ótima, mas a realidade é bem diferente, pois não se cumpre aquilo que está no papel.
C	Todos os sujeitos que tenha algum diagnóstico sejam clínicos ou por uma equipe multiprofissional de algum tipo de deficiência, seja física ou cognitiva.
D	A proposta no papel é boa e até aceitável, na realidade não se cumpre com as leis para que realmente inclusão aconteça. Ex: menos alunos em sala de aula onde tem um aluno especial e ainda uma auxiliar em sala de aula permanente; eu tenho 32 alunos “normais” e 1 especial. Impossível dar atenção merecida ao aluno especial, pois os outros têm alunos que não sabe ler, e 3º ano é uma fase que os alunos estão elétricos.
E	Percebo que o governo quer ter quantidade de alunos em sala e não oferece formação para o profissional, para que o mesmo possa

	trabalhar atividades diferenciadas de acordo com a especialidade de cada um. Todos desde que tenha auxiliares em cada turma.
F	A professora deixou a questão em branco, argumentando que não condiz com sua prática.

Pode-se perceber que os docentes entendem e defende que todos devem ser incluso no ensino regular, mas esses educadores vêm enfrentando dificuldades como podemos observar a resposta do sujeito “B”, quando relata que a proposta é ótima, porém, não oferecer as condições necessárias para atender as necessidades de cada aluno, a escola, num todo, acaba não atendendo esse aluno da forma que deveria sem oferecer o mínimo de conforto e condições para que o mesmo possa desenvolver seus conhecimentos. Como estão as nossas escolas hoje, acredito que para alguns alunos a inclusão traz sofrimento, do que benefícios. No papel a proposta é ótima, mas a realidade é bem diferente, pois não se cumpre aquilo que está no papel.

Deixando bem claro que mesmo com a efetivação das leis não realidade as mudanças não ocorre como deveria deixando muita indignação aos educadores que vem sendo responsabilizados por não acontecer à inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular, uma vez que o Estado se ineta de suas responsabilidades deixando as escolas a me ser do descanso. O que vemos são salas de aula superlotas a falta de matéria pedagógica, entre outras dificuldades que as escolas vem enfrentado para assegurar o direito dos educandos a receber uma educação de qualidade.

Tabela 3 - Quais os maiores desafios relacionados à inclusão

Sujeito	Questão 5- Quais os maiores desafios relacionados à inclusão que são encontrados na sua prática profissional?
A	O maior desafio é a buscar novas alternativas em nossa prática pedagógica, que favoreçam todos os alunos inclusos em nossa sala.

B	Na sala de aula, tanto o aluno que tem facilidade para desenvolver as atividades, como aquele que necessita de atendimento individual, exige muito do educador, isso, para mim, é um desafio, pois o tempo que dedicamos ao aluno com necessidades especiais acaba não sendo o suficiente.
C	Ter conhecimento das dificuldades demonstradas pelos alunos; ter auxiliares para que eu possa dar atenção devida ao aluno; respeitar a lei que estabelece a quantidade de alunos na turma
D	Números excessivos de alunos na sala impossibilidade a atenção merecida ao aluno a incluir.
E	As salas são muito cheias de números de alunos. Às vezes os limites desses alunos (família) como trabalhar as atividades, senão recebemos suportes (governantes)
F	Não respondeu a questionário.

O que chama atenção nas respostas desses profissionais da educação, é que todos falam em salas superlotadas, e na falta de apoio, que eles necessitam para auxiliar os educandos que possui dificuldades educacionais especiais, falta equipe multidisciplinar como fonoaudiólogo, psicólogos, nutricionista, fisioterapeuta, auxiliares pedagógicos para ajudar nesse processo de ensino aprendizagem. Não adianta o governo somente preocupar em criar políticas públicas se na prática não oferecer condições de trabalho aos educadores que cada dia está mais desmotivado com a falta de apoio do estado.

Tabela 4 - Pontos positivos da prática da educação inclusiva?

Sujeito	Questão 6- Em sua opinião quais são os pontos positivos da prática da educação inclusiva?
A	Os pontos positivos é a vivencia desses alunos com o social e com nós professores, a maneira como ele vai se comportar perante as pessoas ao seu redor. O Ponto negativo é que ainda faltam profissionais que atendam nessa área.

B	A inclusão faz com que todos convivam juntos e aprendam a se respeitar, independentemente da situação do indivíduo.
C	É dar oportunidade a todos para que tenham acesso ao conhecimento e ao convívio social.
D	Tornar a criança mais sociável; fazer com que ela aprenda alguma coisa; A aceitação dos demais alunos e até ajudam a cuidar do que necessitam.
E	Interação; Aceitação em alguns ambientes entre outros.
F	Não respondeu o questionário

Todos compreendem que a proposta da educação inclusiva só vem enriquecer o ambiente escolar, havendo mais socialização de qualidade, um ambiente rico em diversidade, sem dizer que é benéfico para o educador, pois enriquece sua prática pedagógica dando-lhe ferramenta para engrandecer seu currículo profissional. Por esses e outros fatores que a Declaração de Salamanca (1994) defendeu e defende a inserção dos alunos com deficiência no ensino regular, pois acreditava que seria esse o resultado a compreensão e aceitação de conviver com quem é diferente e aprender com quem é diferente a remover barreiras que muitas vezes são impostas por pessoas leigas e preconceituosas.

Tabela 5 - Você concorda com o processo de Inclusão?

Sujeito	Questão 7- Você concorda com o processo de Inclusão? Por quê?
A	Não tenho que concordar. É um direito está na constituição. O que deve haver é mais capacitação entre os profissionais para atender essas crianças nas escolas.
B	Parcialmente, pois em alguns casos, acredito que o aluno com limitações em fala, coordenação motora e outros agravantes acabam sofrendo em uma sala de aula com trinta ou mais alunos,

	como na nossa realidade.
C	Sim, porém algumas ações ainda estão só no papel. É dar o direito à aprendizagem efetivamente.
D	Sim, porém que dê condições de trabalho e que a escola respeite as leis.
E	Concordo. Porque essas crianças tem o direito assegurado por lei e elas têm que ser conhecidas pela sociedade e socializar interagindo com outros.
F	Não respondeu o questionário devolveu em branco.

Todos esses educadores que responderam os questionários concordam com o processo de inclusão das crianças com deficiência no ensino regular, eles também conhecem que esse direito está previsto na Constituição Federal, mas vemos que a falta de apoio ainda são umas das barreiras a ser removida para acontecer na prática o que estabeleceram nos documentos de ações da educação inclusiva.

Tabela 6 - O direito a inclusão é efetivado com qualidade

Sujeito	Questão 6- Sabemos que a inclusão é um direito garantido legalmente. Em sua concepção este direito é efetivado com qualidade?
A	Será um direito efetivado com qualidade quando os governadores desse país derem prioridade a educação em primeiro lugar.
B	Não, Pois não temos escolas preparadas adequadamente (com rampas, banheiros, etc.) para atender esses alunos. Falta uma equipe especializada o professor muitas vezes faz o papel de professor, mãe (pai), psicólogo e muito mais. Nos vemos de mãos atadas, muitas vezes sem saber qual direção seguir para auxiliarmos nossos alunos.
C	Em partes, ou seja, alguns tentam fazer esta inclusão se efetivar, porém percebo que a maioria dos profissionais inclusive eu não tenho

	preparação adequada para fazê-lo.
D	Não, somente para alguns.
E	Não. Pois falta muito reconhecimento e aceitação por parte de pessoas de mente muito pequena e dos governantes.
F	Devolveu o questionário em branco.

As respostas dos educadores deixam bem claro que a inclusão ainda é um objetivo a ser alcançado no âmbito educacional, pela falta de inúmeros fatores que não acontece como falta de investimento, condições físicas e principalmente a falta de preparação dos educadores, tem prejudicado que de fato ocorra a inclusão de qualidade nas instituições de ensino regular. Onde colocasse a prova a falta de apoio dos órgãos responsáveis.

## 7 CONCLUSÃO

Pôde-se observar com este trabalho, que inúmeras são as barreiras encontradas no que diz respeito ao processo de inclusão escolar das pessoas com deficiências, essa realidade não é de hoje e certamente estão longe de acabar por diversos motivos, um deles é a falta de condições físicas/estruturais dos ambientes escolares, fato que tem prejudicado a liberdade das pessoas com deficiência de se locomoverem com segurança sem a necessidade da ajuda de outras pessoas para realizar ações que se a estrutura fosse apropriada a essas necessidades poderiam desenvolverem sozinhas se tornando pessoas cada vez mais autônomas.

Durante muitos anos tem-se buscado liberdade, autonomia e qualificação escolar das pessoas com deficiência, para que assim, quando saírem do âmbito escolar tenha condições de qualidade de vida social, desenvolvendo atividades igualitárias, tais como das pessoas que não possuem deficiência. Neste sentido tanto a LDB e os PCNs normatizam e regulamentam a formação profissional e outras necessidades relacionadas à real condição de inclusão. Mas, para que efetivamente o processo de inclusão aconteça, os profissionais da educação precisam estar aptos e capacitados para a função que irá muito além do processo de alfabetização e letramento, assim serão capazes de auxiliar esses alunos a desenvolverem suas potencialidades em todos os sentidos.

Percebe-se, no entanto, que os alunos com deficiência, supostamente inclusos no ensino regular, tendem a ser segregados e por vezes tratados a partir de suas dificuldades e não de suas potencialidades, muitas vezes tidos como incapazes. É importante que se efetivem as políticas públicas já existentes relacionadas a esta temática, e se necessário, que novas políticas sejam criadas a fim de que não fique apenas no campo de discurso, mas que se direcionem ações significativas na vida desses alunos, preparando os educadores, oferecendo melhores condições de trabalho, para que assim, a cada dia possam melhorar suas práticas pedagógicas, com materiais adequados e que atendam as necessidades dos educandos.

Com a pesquisa de campo pode-se compreender que os educadores estão cada vez mais desmotivados, e talvez despreparados para a realidade de inclusão, tanto por não terem apoio dos órgãos responsáveis que asseguram os direitos dos

educandos, como por sua formação acadêmica. Na realidade, existem indicativos de que o descaso com a educação aumenta a cada dia, e que de fato os dados relevantes são quantitativos, não presando pela qualidade do ensino, colocando a prova a capacidade de desenvolver políticas que atendam as necessidades da educação, por questões legais e estruturais.

Os profissionais pedagogos que participaram da pesquisa puderam confirmar a falta de preparo profissional e estrutural que estão enfrentando em sala de aula, com inúmeras dificuldades de desenvolver as capacidades dos educandos no que diz respeito ao ensino-aprendizagem dos alunos, especialmente daqueles que possuem alguma deficiência, pois se as escolas contassem com equipe multidisciplinar como fonoaudiólogo, psicólogos, auxiliares pedagógicos dentre outros profissionais que a Lei de Diretrizes e Base assegura, essa realidade poderia e provavelmente seria muito diferente.

Outra realidade que não pode deixar de ser considerada, é a da negação em responder ao nosso questionário, fato que nos oferta indicativos de sentimentos de despreparo para tratar dos processos de inclusão, seja na prática ou no discurso. Essa realidade nos deixa diversos pontos de interrogação, pois apontar culpados é arriscado e pode ser muito limitador. Atribuir culpa somente ao Estado, escola ou educadores é arriscar-se a cometer injustiças. No entanto, uma certeza foi possível ter, com base neste trabalho e na pesquisa podemos reforçar que quem mais sofre com a ineficiência das Políticas Públicas de Inclusão, são os que mais necessitam delas. Essa realidade precisa ser mudada, e por isso não podemos considerar que esse trabalho se encerra aqui. É preciso discutir a temática e movimentar os envolvidos para que mudanças aconteçam, pois tão somente assim efetivamente estaremos cumprindo nosso papel social de buscar igualdade de direitos a todos em especial aos que menos são assistidos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rivaldo Vieira de. **Planejamento Urbano da Cidade de Juína – MT, com foco no Plano Direito da Cidade: obstáculos, avanços, limites e possibilidades.**

Disponível em: <file:///D:/Downloads/2014RildoVieiradeAraujo.pdf> Acesso em: 05 maio 2016

BERNARDES, Adriana Oliveira. **Da integração à Inclusão, novo paradigma.**

Disponível em:

<<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0252.html>> Acesso em: 30 mar. 2016.

BOLONHINI, Junior Roberto. **Portadores de Necessidades Especiais: as principais prerrogativas e a legislação brasileira**, Roberto Bolonhini Junior- São Paulo: Arx, 2004.

BORGE, Adriana Costa; OLIVEIRA E.C.B.B. **Reflexões Sobre a Inclusão, a Diversidade, o currículo, e a Formação de Professores.** Disponível em:

<<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-040.pdf>> Acesso em: 03 abr. 2016.

BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL.** (Lei Darcy Ribeiro) 3º ed. rev. atual. ampl. Bauru, SP: EDIPRO, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”.** 4. ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2006. Disponível em: <<http://valecursos.com.br/2015/wp-content/uploads/2014/10/CARVALHO.pdf>> Acesso em: 29 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Educação Inclusiva: do que estamos falando.** Disponível em:

<[http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=238](http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=238)> Acesso em: 29 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Rompendo Barreira para a aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. **O Significado da formação continuada docente.**

Disponível em:

<[http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigoco\\_moral2.pdf](http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigoco_moral2.pdf)> Acesso em: 18 mar. 2016.

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHAS DE AÇÃO:** sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: Corde, 1994.

DUTRA, Claudia Pereira. **A Inclusão Escolar de Aluno com necessidades Educacionais Especiais Deficiência Física.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2016.

FREITAS, Sônia Napoleão. Uma Escola para todos: reflexões sobre a prática educativa. **Inclusão: Revista da Educação Especial.** Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1(out-2005).-Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton. **Inclusão Escolar do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>> Acesso em: 19 mar. 2016.

FUMEGALLI, Rita De Cassia De A Vila. **INCLUSÃO ESCOLAR: o desafio de uma educação para todos.** Disponível em <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/ritamografia.pdf?sequence=1> Acesso em 28 maio 2016.

GARCIA, Vera. **Conheça a Diferença Conceitual entre inclusão e integração.** Disponível em: <<http://www.deficienteciente.com.br/2011/01/conheca-diferenca-conceitual-entre.html>> Acesso em: 28 mar. 2016.

JERÔNIMO, Janaína Pessato; CAMARGO, A.M.F; GONTIJO.A. M.R.T. **Formação de Professores “Especiais” para Uma Docência “Normal”.** Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2007/052.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Edgler; et al. Política Nacional de Educação Inclusiva. **Inclusão.R.Edec.esp.**, Brasília,v.4.p.717,jan.2008.

MOREIRA, Camila. **Marcos Históricos e Legais da Educação Especial no Brasil.** Disponível em: <<http://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821610/marcos-historicos-e-legais-da-educacao-especial-no-brasil>> Acesso em: 03 abr. 2016.

NORONHA, Eliane Gonçalves. **Educação Especial e Educação Inclusiva: Aproximações e Convergências.** Disponível em: <<http://faflor.com.br/revistas/nativa/index.php/revistanativa/article/viewFile/65/pdf>> Acesso em: 30 mar. 2016

OLIVEIRA, Ivone. **Inclusão de Portadores de Necessidades Especiais no Ensino Regular**. 2006.37 f. Especialização. AJES- Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena. Colorado do Oeste. 2006.  
OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Política Nacional de Educação Inclusiva. Inclusão. **R. Edec. Esp.**, Brasília, v. 4 p.717, jan. 2008.

RAGAZZI, Ivana Aparecida Grizzo. **Inclusão Social: A importância do trabalho da pessoa portadora de deficiência**. São Paulo: LTr, 2010.

REIS, Letícia D' Amato dos. **Educação Inclusiva: uma reflexão**. Disponível em: <<http://download.rj.gov.br/documentos/10112/157756/DLFE-60168.pdf/GLOSSARIOAEDUCACAOESPECIALII.pdf>> Acesso em: 03 abr. 2016.

REIS, Rosangela Leonel. **A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO REGULAR**. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2216-8.pdf>> Acesso em: 27 maio. 2016

RODRIGUES, David. Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de educação inclusiva. **Inclusão: Revista da Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1(out-2005).-Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

RODRIGUES, David. **Declaração de Salamanca: 20 anos pela educação para todos**. Disponível em <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/declaracao-de-salamanca-20-anos-pela-educacao-para-todos-1638729> Acesso em: 28 maio. 2016.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva. **Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual**. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447\\_408.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf)> Acesso em: 08 abr. 2016.

ROSA, Suely Pereira; SILVA, Suely Pereira Da. **Educação Inclusiva**. Disponível em: <[http://ucbweb.castelobranco.br/webcaf/manuais/educacao\\_inclusiva.pdf](http://ucbweb.castelobranco.br/webcaf/manuais/educacao_inclusiva.pdf)> Acesso em: 11 abr. 2016.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de O. **Processo Educacional Inclusivo das discussões Teóricas à Necessidade da Prática**. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/15/12>> Acesso em: 02 abr. 2016.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Inclusão: Revista da Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1(out-2005).-Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

SANTOS, Alex Reis Dos. **Declaração de Salamanca E EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Disponível em:< <http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-077-087.pdf>> Acesso em: 28 maio 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **INCLUSÃO: o paradigma do século 21**.Inclusão: Revista da Educação Especial/ Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1(out-2005).-Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

SILVA, Ezequiel Francisco; FRIGHETTO. A. M; SANTOS. J.C. **Uma Reflexão Sobre o Processo de Inclusão dos Alunos com Deficiência na Escola Estadual Vinícius Morais**. Disponível em: <<http://faflor.com.br/revistas/nativa/index.php/revistanativa/article/viewFile/65/pd>> Acesso em: 07 abr. 2016.

SILVA, Luciana Santos Da; ALVES D. O. **Formação do Professor: A Base do processo de Inclusão**. Disponível em: <[https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao\\_pedagogia/pdf/2007.2/formao%20do%20professor%20a%20base%20do%20processo%20de%20incluso.pdf](https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2007.2/formao%20do%20professor%20a%20base%20do%20processo%20de%20incluso.pdf) > Acesso em: 11 abr. 2016.

## APÊNDICES



## **INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – AJES**

O presente questionário faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Fabiane Pereira Arouche Tomaz, estudante do VII Termo do curso de Pedagogia, sob matrícula número 00000560, da AJES – Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena, localizada na Avenida Gabriel Muller, s/n, sob orientação da Prof<sup>a</sup>Esp<sup>a</sup> Carine Silvestrim Hermes, este tem por objetivo compreender a percepção dos pedagogos da referida escola sobre o processo de educação inclusiva.

Sua participação e colaboração serão imprescindíveis para a construção deste trabalho científico, uma vez que os dados fornecidos serão fundamentais para a sistematização conhecimentos acerca da percepção dos pedagogos desta instituição de ensino acerca desta temática.

Sendo de grande valia sua participação, desde já agradeço a colaboração e coloco-me a disposição para possíveis esclarecimentos e devolutiva do resultado final.



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.

Exige-se que o esclarecimento dos sujeitos se faça em linguagem acessível e que inclua necessariamente o sigilo das informações.

O senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa na área de Pedagogia intitulada **“UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE JUINA-MT: A VISÃO DP PEDAGOGO”**. Este estudo está sendo conduzido pela graduanda em Pedagogia da AJES de Juína/MT, Fabiane Pereira Arouche, orientada pela Prof<sup>a</sup>Esp<sup>a</sup>. Carine Silvestrim Hermes.

Cabe salientar que, se o senhor (a) aceitar sua participação no estudo será aplicado um questionário estruturado, com objetivo de entender um pouco sobre a realidade da educação inclusiva na escola onde trabalha. Lembrando que sua participação é voluntária, porém de grande valia, e se o senhor (a) concordar com a pesquisa, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo.

Ao assinar este termo de consentimento livre e esclarecido, o senhor (a) estará também autorizando a pesquisadora a publicar os seus resultados, por meio de veículos impressos, apresentação em eventos acadêmicos ou outros meios de divulgação científica, sem nenhum tipo de ressarcimento, garantindo a sua privacidade em todo o processo.

EU \_\_\_\_\_portador do RG \_\_\_\_\_SSP/\_\_\_\_, declaro que fui informado e devidamente esclarecido do projeto de pesquisa intitulado **“UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE JUINA-MT: A VISÃO DP**

**PEDAGOGO**”, desenvolvido pela acadêmica Fabiane Pereira Arouche, devidamente matriculada no curso de Pedagogia da AJES, quanto aos itens da resolução 196/96.

Declaro, que após ser esclarecido pela pesquisadora a respeito da pesquisa, consinto voluntariamente em participar desta pesquisa.

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_, data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Sexo M( ) F( )

Endereço: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Tel:( ) \_\_\_\_\_

---

**Assinatura do declarante**

## DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR

Declaro, para fins da realização da pesquisa, que cumprirei todas as exigências acima, na qual obtive de forma apropriada e voluntária, o consentimento livre e esclarecido do declarante acima, qualificado para a realização desta pesquisa.

---

**FABIANE PEREIRA AROUCHE**

Juína, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

## QUESTIONÁRIO

Algumas informações serão relevantes para uma melhor colocação dos dados obtidos como referida pesquisa. Pedimos que respondam com sinceridade os questionários abaixo colocados, ressaltando a importância da sua participação e especialmente que este questionário não tem como objetivo avaliar ou julgar sua prática profissional, e sim, entender quais são as possibilidades e limitações que encontram no cotidiano do exercício profissional. Este questionário terá oito (8) perguntas, sendo duas (2) perguntas fechadas e seis (6) abertas.

1 - Há quanto tempo é formada (o) em pedagogia?

Menos de 2 anos ( ) Entre 2 e 5 anos ( ) Entre 5 e 10 anos( ) mais de 10 anos( )

2 - Há quanto tempo trabalha como pedagoga (o) nesta escola?

Menos de 2 anos ( ) Entre 2 e 5 anos ( ) Entre 5 e 10 anos( ) mais de 10 anos( ).

3 - O que você entende por educação inclusiva?

---

---

---

4 – Diante da realidade do processo educacional/escolar, como você percebe a proposta de inclusão? Quem, em sua opinião, deve ser incluso no ensino regular?

---

---

---

---

5 – Quais os maiores desafios relacionados à inclusão que são encontrados na sua prática profissional?

---

---

---

---

---

6 – Em sua opinião quais são os pontos positivos da prática da educação inclusiva?

---

---

---

---

---

---

7 – Você concorda com o processo de inclusão? Por quê?

---

---

---

---

8- Sabemos que a inclusão é um direito garantido legalmente. E sua concepção este direito é efetivado com qualidade?

---

---

---

---